



EDUCAR PARA TRANSFORMAR: O COMBATE AO PRECONCEITO DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

Thalita Alves Dias ¹
Tamires Alves Monteiro ²

RESUMO

O papel da escola, junto com a família e a sociedade, é de extrema importância no processo de formação do indivíduo, para além da construção dos conhecimentos acadêmicos, também é responsável pelo desenvolvimento moral e afetivo, resultando na construção de valores que permeiam a identidade do estudante e guiam suas interações com os outros e consigo mesmo. Por essa razão é importante que a escola olhe para suas ações pedagógicas e seu clima escolar, afinal uma escola que propague um ambiente hostil, onde educadores e funcionários reforcem preconceitos de gênero, orientação sexual, etnia e outras formas de discriminação presentes na sociedade, exerce influência direta no desenvolvimento dos estudantes. É imperativo, portanto, conceber estratégias para combater o preconceito no ambiente escolar. Adotando uma perspectiva inspirada por Paulo Freire (1968), compreende-se que os estudantes já trazem consigo preconceitos enraizados a partir de suas experiências fora da escola. Diante disso, o processo educacional deve se desdobrar em um espaço de desconstrução desses preconceitos, rompendo o ciclo de violência. Isso pode ser alcançado por meio de um currículo que promova o pensamento crítico e reflexivo, em que as práticas escolares tenham o cuidado de estarem fundamentadas em valores morais e éticos, propiciando uma convivência respeitosa.

Palavras-chave: Preconceito; Clima escolar; Violência

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço fundamental na formação das pessoas, não só no que diz respeito ao desenvolvimento escolar, focado nos conteúdos presentes nos currículos oficiais, mas também na construção de valores, atitudes e relações interpessoais. Porém, o ambiente institucional nem sempre reflete a diversidade e a inclusão necessários ao pleno crescimento e desenvolvimento de todos os seus membros. A maioria das instituições escolares incorpora entre seus objetivos a missão de auxiliar seus estudantes no desenvolvimento da autonomia

¹ Graduanda do Curso de Ciências Humanas da Faculdade Sesi de Educação, alvesthalita10@gmail.com

² Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, docente da Faculdade Sesi de Educação, tamires.amonteiro@sesisp.org.br



moral e intelectual. Contudo, é pertinente questionar os métodos empregados para concretizar tais metas, bem como os princípios que predominam no contexto educacional.

Diversas pesquisas (Devries, Zan, 1998; Vinha, 2000; Tognetta, 2003) indicam que o ambiente escolar exerce uma influência significativa na formação moral do indivíduo, podendo tanto favorecer quanto obstruir seu desenvolvimento. Essas investigações corroboram com a ideia de que o desenvolvimento da moralidade está intrinsecamente ligado à qualidade das interações sociais presentes nos ambientes onde o indivíduo está inserido. Conforme observado por Menin (2005), todas as escolas, de alguma forma, lidam com o desenvolvimento da moralidade, uma vez que a educação está imbuída de valores. Entretanto, são poucas as escolas que verdadeiramente promovem a autonomia. Por isso, é essencial avaliar a qualidade das relações às quais os estudantes estão expostos, uma vez que as trocas sociais nesses ambientes influenciam a formação de sua personalidade, valores e atitudes. Essas relações moldam a maneira pela qual uma pessoa percebe o mundo, interage com os outros e toma decisões éticas ao longo de sua trajetória.

Transformar a escola em um reflexo da sociedade implica criar um ambiente educacional que estimule a cooperação, a empatia e a reflexão ética. Piaget (1996) acredita que ao fomentar a reciprocidade e o respeito mútuo entre os alunos, a escola contribui para a formação de cidadãos éticos que são capazes de tomar decisões conscientes e moralmente autônomas. Por esse fato é tão importante avaliar a qualidade dessas relações, bem como investigar a atmosfera moral que permeia esse contexto.

Quando se menciona a atmosfera moral, está-se, na verdade, fazendo referência ao clima escolar. Esse clima escolar é caracterizado como um conjunto de percepções e emoções que os indivíduos desenvolvem em relação ao ambiente que compartilham. Ele espelha não apenas as interações e a qualidade dos relacionamentos cotidianos dentro da instituição, mas também engloba as experiências e expectativas compartilhadas entre os participantes (Moro, Vinha e Moraes, 2019).

Conforme Moro, Vinha e Moraes (2019) apontam, instituições de ensino com um clima escolar positivo cultivam relações interpessoais saudáveis, criando um ambiente permeado por atenção e confiança. Estas escolas não somente garantem alta qualidade no processo de ensino e aprendizagem, mas também fomentam espaços propícios para a participação e resolução de conflitos através do diálogo.

Neste texto, exploraremos o tema do clima escolar e como o preconceito de gênero afeta não só a aprendizagem, mas também a saúde emocional e psicológica de alunos e professores. Assim, a intenção é não apenas demonstrar como esse preconceito pode



influenciar no clima escolar e no impacto na vida dos estudantes, mas também apresentar caminhos de como a escola pode se constituir em um ambiente mais acolhedor, equitativo e democrático.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, definindo-a como uma abordagem metodológica que envolve a coleta, análise e interpretação de informações e conhecimentos disponíveis em materiais já elaborados. Através das fontes bibliográficas, foi explorado a respeito das principais razões para o preconceito de gênero no ambiente escolar e alguns caminhos para combatê-lo.

Foram utilizados materiais bibliográficos dos últimos 50 anos em português, que analisam a construção do preconceito de gênero dentro do ambiente escolar e na sociedade, buscando relações com a degradação do clima escolar e o aumento da violência. Além disso, também foi incluído estudos que buscaram analisar o papel do currículo na formação ética dos estudantes e que apontam caminhos para a construção de uma educação ética e transformadora.

Foram pesquisados materiais em diversas fontes, incluindo o Acervo Digital da UNESP, bases de dados como SciELO, Educ@, Scopus e ERIC, utilizando as palavras-chave: machismo na escola, clima escolar, currículo e educação ética.

Os dados obtidos foram categorizados em quatro categorias de resposta: (1) as relações interpessoais entre os estudantes, professores em relação ao preconceito de gênero; (2) a construção de um currículo para convivência; (3) atividades formativas discentes para o trabalho com temas sociais relevantes; (4) formação continuada de professores.

Para isso, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2004), que consiste em uma abordagem qualitativa para examinar os dados. Dessa forma, em um primeiro momento, foi realizada a leitura completa dos materiais sobre o tema. Em seguida, foram identificados os conteúdos e pesquisas que possuem objetivos similares e, posteriormente, foram classificados nas categorias de análise para o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme relatado anteriormente, a organização dos dados encontrados foi feita a partir de quatro categorias de análise: (1) as relações interpessoais entre os estudantes, professores em relação ao preconceito de gênero; (2) a construção de um currículo para



convivência; (3) atividades formativas discentes para o trabalho com temas sociais relevantes; (4) formação continuada de professores.

(1) Relações interpessoais entre estudantes e professores/estudantes em relação ao preconceito de gênero

As relações de gênero baseadas pelo machismo e pela misoginia ainda se encontram presentes na sociedade atual que possui o patriarcado como fator estruturante. Dentre as diversas razões para a perpetuação do imaginário popular da legitimidade da inferioridade feminina podemos apontar como exemplo as crenças religiosas e também o sistema econômico que se baseia em uma construção patriarcal. Segundo Martins (2004), a junção desses processos constrói no imaginário coletivo o mito da desigualdade entre homens e mulheres. Essa relação, historicamente construída, delimita quais as posições que homens e mulheres ocupam na sociedade desde o seu nascimento até o fim de sua vida. A escola por estar inserida em uma sociedade patriarcal também é atravessada e influenciada pelo preconceito de gênero.

Partindo da educação infantil e passando por todas as etapas da educação básica, é possível observar a reprodução de comportamentos sexistas presentes na sociedade brasileira e por serem tão presentes acabam sendo encarados como natural por grande parte do corpo escolar e pelos próprios estudantes. Neste sentido, Louro observa: a “[...] tendência nos meninos de invadir os espaços das meninas, interromperem suas brincadeiras e usualmente, consideramos tudo isso de alguma forma inscrito na ordem natural das coisas” (2003, p. 60).

Essa naturalização de comportamentos machistas pode ser apontada como um resultado daquilo que podemos chamar de cultura ou herança histórica. Desde cedo os estudantes presenciaram esse tipo de comportamento nos mais diferentes espaços de socialização. Em suas próprias casas é comum que observem suas mães sendo submissas aos pais, escutem comentários misóginos e até mesmo sejam incentivados a agir dessa maneira. Além dos estudantes, o próprio corpo de professores, coordenação e funcionários se encontram sob influência da sociedade patriarcal em que estão inseridos (Silva; Mendes, 2015), logo, caso não se rompa esse ciclo, a escola se torna também um ambiente de perpetuação da misoginia. Como Pupo (2012) aponta:

A escola contribui para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas, historicamente construídos, que mantêm as mulheres marginalizadas e hierarquicamente submetidas a padrões masculinos. A linguagem, o pensamento científico androcêntrico, os conteúdos de ensino das diversas disciplinas, os procedimentos pedagógicos e padrões de



relação entre professoras (es) e alunas (os) contribuem para manutenção do status quo feminino e masculino.

Por essa razão uma escola que não se constitua com base em uma educação ética e que pense a questão de gênero de forma ativa em conjunto, também com o corpo de funcionários está fadada a ser uma reprodutora desses preconceitos.

Outro fator que tem relação direta com o aumento da misoginia na escola é a degradação do clima. O clima escolar se refere ao conjunto de características e sensações que permeiam o ambiente escolar e influenciam a experiência dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar e é determinado por diversos fatores, como as relações interpessoais entre alunos e professores, a qualidade das interações sociais, a cultura da escola, as políticas de gestão e disciplina, a infraestrutura física, a percepção de segurança e inclusão, entre outros aspectos (Cunha; Costa, 2016). O processo de degradação do clima escolar caminha em conjunto com o aumento da violência nas escolas, principalmente as direcionadas aos estudantes que compõem as minorias sociais (Bastos, 2020).

No caso das mulheres, a reprodução do imaginário machista da sociedade faz com que sejam vistas como incapazes pelos professores e como mero objetos pelos seus colegas. As consequências psicológicas para as estudantes vítimas de violência são graves: passam por baixa autoestima, depressão, ansiedade e dificuldade de aprendizado (Bastos, 2020).

Diante de todos esses fatores se torna urgente a construção de uma pedagogia que vise a educação para a transformação combatendo a misoginia no ambiente escolar e o patriarcado como forma estruturante da sociedade. Como apresentado na obra de Paulo Freire (1968), compreende-se que a escola deve se tornar um espaço para a mudança do indivíduo, desconstrução de preconceito, empoderamento dos oprimidos e construção da mudança social.

(2) a construção de um currículo para convivência

O preconceito de gênero dentro do ambiente escolar pode ser observado em diversas frentes, dentre elas podemos citar o currículo escolar, base da prática pedagógica, que envolve os conteúdos que serão estudados, as atividades realizadas e as competências a serem desenvolvidas, com o objetivo da formação plena dos estudantes (Silva, 1966). O currículo é permeado de preconceitos provenientes da cultura dominante da sociedade em que foi construído, ele pode apontar para uma educação transformadora ou uma que perpetua as



opressões e relações de poder presentes na sociedade brasileira. Sobre esse tema Silva (1966) aponta:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (p.23).

Para além do currículo oficial, aquele que é apresentado pela escola, o currículo oculto por ser constituído pelas lições, valores, atitudes e normas que são transmitidos de forma não explícita ou intencional nas instituições educacionais serve como reprodutor das normas de gênero predominantes na escola (Araújo, 2019). A falta de preparo dos professores para lidar com situações de opressão de gênero agrava ainda mais o problema, legitimando a posição dos professores e deslegitimando as vítimas (Diniz, 2011).

Desde modo, é necessário se pensar na construção de um currículo escolar que olhe para as questões de gênero e combata a misoginia em sua composição. Os currículos escolares não são um ambiente neutro, muito pelo contrário, são fruto das ideologias dominantes da época em que foram escritos (Jesus, 2018), logo um currículo escrito em uma sociedade submersa em preconceito de gênero carregará essas marcas em sua construção.

O currículo formal, documento que reúne os conteúdos a serem ensinados em cada etapa do processo de ensino, é construído de forma a reproduzir os preconceitos presentes na sociedade e isso se manifesta de diversas formas como, por exemplo, ao omitir a participação de mulheres em momentos importantes da história reforçando o imaginário machista da sociedade nos estudantes que passam a acreditar que as mulheres são incapazes de exercer papéis importantes da sociedade (Saavedra; Silva, 2009). Segundo Silva (1995, p.4) “um currículo masculinamente organizado contribui, centralmente, para reproduzir e reformar o domínio masculino sobre as mulheres”. Esse processo de perpetuação do preconceito de gênero encontrado no currículo permeia também o oculto que, diversas vezes, perpetua aquilo que não é formalmente dito.

O currículo oculto, definido como conjunto de experiências educativas vividas pelos estudantes que não está explicitado no currículo oficial, mas que contribuem para a aprendizagem de normas sociais e comportamentos coletivos (Araújo, 2019). Dessa forma o currículo oculto também é um dos responsáveis para a propagação do preconceito de gênero no ambiente escolar, visto que essas experiências impactam na visão de mundo dos estudantes, nesse sentido Saavedra e Silva (2009) dizem:

O currículo oculto pode reforçar os estereótipos de gênero que operam subtilmente sobre os processos de socialização das alunas e dos alunos de forma tão ou mais



eficaz quanto o currículo formal; e fá-lo pelas interações pessoais, pela forma como se estruturam e organizam as aulas, pelas expectativas dos/as docentes quanto ao comportamento e aproveitamento/rendimento de alunos e alunas, pelas características das tarefas de aprendizagem, pelo que se avalia e como, pela selecção e organização das actividades curriculares e das não curriculares e pela linguagem.

Além disso, Tognetta e Lepre (2022) destacam a importância de desenvolver um currículo oficial que esteja genuinamente preocupado com a promoção de uma convivência escolar saudável. Isso é visto como uma medida fundamental para cultivar relações interpessoais positivas e melhorar o clima escolar como um meio de combater a violência nas instituições de ensino. Nesse sentido, é importante que haja um trabalho intencional, sistematizado e planejado para a convivência, em que se considere as diferenças identitárias, étnicas, religiosas e culturais. Isso inclui tanto a inclusão desses temas nos conteúdos abordados com os alunos quanto a implementação de práticas diárias nas instituições de ensino.

Pensando de uma educação para a transformação é necessário se repensar o currículo escolar, no formal construindo uma nova abordagem trazendo a tona o importante papel que mulheres desempenharam e desempenham e diversas áreas de conhecimento e no oculto mudando o processo de socialização dos estudantes na escola através de um trabalho constante do corpo docente, coordenação e funcionários varrendo toda a misoginia do vocabulário, comportamentos e interferindo diretamente em situações de preconceito de gênero.

(3) atividades formativas discentes para o trabalho com temas sociais relevantes;

Para o combate ao preconceito de gênero no ambiente escolar são necessárias diversas mudanças, em menor escala, o primeiro passo é a desconstrução da ideia de que os estudantes são folhas em brancos. Como já foi apontado, os estudantes chegam nas escolas permeados pelos aspectos culturais da sociedade, dentre eles o preconceito, mas não só isso, por essa razão não se deve descartar tudo que o discente sabe e sim desconstruir em conjunto com ele as estruturas do ciclo da violência e construir algo novo. Sobre esse tema Marcelino (2023) aponta que tanto o aluno quanto o trabalhador não são vazios de conhecimento; eles trazem consigo saberes e vivências. Portanto, é fundamental adotar uma abordagem educacional baseada na escuta atenta, promovendo um diálogo genuíno, onde ninguém ocupa uma posição de superioridade na educação. A educação e a emancipação são processos que se desdobram em comunhão.



Partido dos conhecimentos prévios dos estudantes e suas necessidades é possível a construção de formas de abordagens sobre o preconceito de gênero com os estudantes. Ao contrário das tradicionais palestras, onde os estudantes ficam sentados apenas “recebendo informações”, os círculos de cultura sistematizados por Paulo Freire (1991) apresentam um caminho para o diálogo mais próximo partindo da realidade dos discentes.

Por volta de 1960, os círculos surgiram em um contexto envolvendo trabalhadores populares, sendo coordenados por um educador com o propósito de discutir temas relevantes para os próprios trabalhadores. No decorrer dessas discussões, cabe ao educador abordar a temática escolhida pelo grupo (Dantas; Linhares, 2014). Os círculos de cultura continuam ser empregados em várias situações de educação não formal, visando abordar questões sociais com os participantes, e também podem ser adaptados para o ambiente escolar. Entretanto, para que essa, e outras, abordagens se tornem possíveis é necessário dar mais atenção à formação continuada dos professores, temática explorada no item a seguir.

(4) formação continuada de professores

Para que o educador forme indivíduos éticos ele mesmo precisa passar por um processo de formação crítico-reflexivo que o permita auxiliar os estudantes no desenvolvimento de sua autonomia reflexiva para que através dela os educandos sejam capazes de romper o ciclo de violência e preconceitos presentes na sociedade em que estão inseridos. Entretanto, o que se tem visto é uma crise no modelo da formação de professores, que não leva em conta as novas demandas sentidas pelos professores (Gatti, 2010, 2013) deixando, assim, lacunas na formação inicial e continuada dos docentes.

Assim como é importante identificar os conhecimentos e necessidades dos estudantes para criar planos de ensino, o mesmo se aplica à formação de professores. Candau (1999) destaca que a formação continuada não deve se limitar a acumular cursos, seminários e palestras; ela deve servir como um espaço para promover uma reflexão crítica sobre a prática docente. Somente por meio da formação de professores com uma abordagem crítico-reflexiva é possível aspirar a uma educação transformadora, que capacite os estudantes a quebrar os estereótipos, incluindo os relacionados ao gênero, que foram internalizados pela sociedade, e a romper com os ciclos de violência em que estão inseridos.

Nesse contexto, também é crucial incluir a formação ética dos educadores como um componente integral desse processo. Afinal, Piaget (1994) enfatiza que é o adulto quem guia a criança no universo das normas e orienta essa interação. Portanto, se o objetivo é fomentar a



autonomia moral e intelectual, as relações devem ser fundamentadas no respeito mútuo e na cooperação. Para que os adultos construam relacionamentos saudáveis baseados em valores éticos, é essencial proporcionar espaços e oportunidades para que eles examinem seus próprios valores, suas relações consigo mesmos e com os outros, além de compreender a importância de criar um ambiente verdadeiramente democrático e justo do ponto de vista teórico e metodológico.

Conforme argumentam Tognetta e Daud (2018), para que esses profissionais contribuam efetivamente para o desenvolvimento integral dos seus estudantes, é imprescindível que invistam em seu próprio aprimoramento. Isso implica refletir sobre a qualidade das interações sociais nos ambientes educacionais, compreender o desenvolvimento moral e afetivo dos alunos e suas implicações pedagógicas, adotar práticas educativas que promovam ambientes cooperativos e empregar estratégias eficazes na resolução de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse trabalho foram apresentados diferentes fatores que influenciam a perpetuação do preconceito de gênero dentre os estudantes e caminhos para combatê-lo. Dentre as influências externas à escola existem os fatores sociais, já que os estudantes e corpo escolar são atravessados pelos preconceitos vigente na sociedade em que estão inseridos e dentre as internas o currículo escolar como perpetuador do machismo e a escassa formação dos professores para falar sobre assuntos sociais e incentivarem o pensamento crítico dos estudantes, esses fatores interferem diretamente na construção do clima escolar, que por sua vez, se está em processo de degradação acentua o processo do aumento das violências dentro da escola e dentre essas o preconceito de gênero.

Os caminhos para a construção de uma educação ética e para a transformação social perpassa por um processo de repensar a forma de se ensinar, levando em consideração os conhecimentos prévios dos estudantes e suas necessidades para a construção de um novo currículo escolar que dê conta de abarcar os conflitos de gênero da contemporaneidade, na formação de professores é necessário fazer esse mesmo processo, de levantamento de conhecimentos prévios e necessidades, para que partindo disso a formação continuada se torna mais eficaz, atenda as necessidades escolares e capacitem os professores para tratar de causas sociais e estimularem o pensamento crítico dos discentes, a melhora nesses fatores também acarretaria em uma melhora do clima escolar resultando em um ambiente de convivência mais saudável e a construção de uma educação ética para a transformação social.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. P. C. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **Open Jornal Solutions**, v.3 n.6, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Lisboa Edições, 1977
- BASTOS, F. **Somos pessoas como as outras: preconceito contra a diversidade sexual e de gênero e variações no clima escolar**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2020.
- CANDAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: Casau, Vera Maris (org). **Magistério, construção cotidiana**, Petrópolis: Vozes, 1999
- CUNHA, M. B.; COSTA, M. O clima escolar de escolas de alto e baixo prestígio. **Reunião da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Educação**, n.32, p. 1-15, 2009.
- DANTAS, V. L.; LINHARES, A. M. B. **Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular**. In: BORNSTEIN, Vera Joana et al (Org.). Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. p. 61-63.
- DEVRIES, R.; ZAN, B. A. **Ética na Educação Infantil: O ambiente sócio moral na escola**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974
- GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: Características e problemas. **Educ. SOC.**, Campinas, v.31, n.113, p.1355-1379, 2010. p. 51 - 58
- GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**. Dossiê: Temas em Debate na Formação de Professores, n.50. Dez, 2013
- JESUS, A. R. de. Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional. In **Congresso Nacional de Educação**. Anais Eletrônicos. Paraná: 2008. p. 642-840
- LOURO, G. L. Uma leitura sobre a história da educação sob a perspectiva do gênero. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 11, 2012
- MARCELINO, G. Freire, Marxismos e Feminismos. In: MUSSI, Daniela; MENDES, Maria Tavares; VASCONCELOS, Joana Salém (org). **Paulo Freire e a Educação Popular: Esperanças em Tempos de Barbárie**. 1ªEd. São Paulo: Elefante, 2023. p.183-198.



- MARTINS, B. S. Feminismo e Educação: Um desafio do passado ou uma questão repensada. **Nucleus Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava**. São Paulo. v.2 n.1 abr./out., 2004
- MENIN, M. S. de S. **Representações sociais de lei, crime e injustiças em adolescentes**. Campinas, SP: Mercado das letras; São Paulo: FAPESP, 2005.
- MORO, A. VINHA, T. P.; MORAIS, A. de. Avaliação do clima escolar: construção e validação de um instrumento de medida. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, v. 49, n. 172, p. 312 – 335, abr./ jun., 2019.
- PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução E. Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.
- SILVA, C. M; MENDES, M. O. As marcas do machismo no cotidiano escolar. **Caderno Espaço Feminino - Uberlândia, Minas Gerais**, 2015
- PIAGET, J. Os procedimentos de Educação Moral. (1930) In. MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- PUPO, Kátia. **Questão de gênero na escola**. São Paulo, 2012
- SILVA, T. T. da. **O que produz e reproduz a educação**: ensaios sobre a sociologia da educação. Porto Alegre. Artes médicas, 1992
- SILVA, P.; Saavedra L. . **Gênero e Currículo: Currículo Formal e Informal**. CIG: Lisboa, 2009.
- TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**. Campinas: Mercado das Letras/Fapesp, 2003.
- TOGNETTA, L. R. P.; LEPRE, R. M. **Um currículo para a promoção da convivência ética e prevenção da violência**. Americana/SP: Adonis, 2022.
- VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: Uma perspectiva construtivista. Campinas: Mercado das letras/ Fapesp, 2000.